



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP Nº. 91/2019

PROCESSO Nº. 0000739-47.2019.6.22.8000 – SEI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2019

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, em Porto Velho - RO, CEP: 76.805-859, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS SERVIÇOS DISCRIMINADOS NESTA ARP**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico respectivo, adjudicado à licitante **AMAZON FORT SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.750.538/0001-03, com sede na Rodovia BR 364, S/N, Quadra 11, Lote 003, Setor 52, Cidade Jardim, em Porto Velho – RO. CEP: 76.815-800. Telefone(s): (69) 3223.0028, 08000690028 e (69) 99231-6699. E-mail(s): iuri.faria@amazonfort.com.br e josiane.saldanha@amazonfort.com.br, neste ato representada por seu Procurador, Senhor **IURI DANIEL SERRATE FARIA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.894.926-8 SSP/PR e CPF nº. 591.434.102-78, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**, para atender as necessidades dos órgãos participantes deste certame, a seguir relacionados:

ÓRGÃO Gerenciador	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
SIGLA do Órgão	TRE-RO
CNPJ	04.565.735/0001-13
UASG:	Código da UASG: 070024
ENDEREÇO:	Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, em Porto Velho - RO, CEP: 76.805-859
RESPONSÁVEL:	RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA – Coordenadora da COMAP

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TELEFONE:	69 – 3211.2143; 3211.2144
E-MAIL:	Comap@tre-ro.jus.br e Rudma.rosa@tre-ro.jus.br

ÓRGÃO Participante I	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
SIGLA do Órgão	TRT – 14ª Região
CNPJ	03.326.815/0001-53
UASG:	Código da UASG: 080015
ENDEREÇO:	Av. Alm. Barroso, 600. Mocambo, CEP: 76.801-901. Porto Velho-RO
RESPONSÁVEL:	LÉLIO LOPES FERREIRA JÚNIOR – Diretor Geral
TELEFONE:	69 – 3218.6430; 3218.6433; 3218.6473.
E-MAIL:	Lelio.lopes@trt14.jus.br e gd@trt14.jus.br

ÓRGÃO Participante II	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
SIGLA do Órgão	PRT – 14ª Região
CNPJ	26.989.715/0045-23
UASG:	Código da UASG: 200095
ENDEREÇO:	Rua Presidente Dutra, 4055. Olaria. Porto Velho – RO. CEP: 76.801-327
RESPONSÁVEL:	JOEL ALVES MARTINS FILHO – Diretor Regional PRT - 14
TELEFONE:	69 3216.1200; 99245-9572.
E-MAIL:	Trt14.dr@mpt.mp.br

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ÓRGÃO Participante III	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
SIGLA do Órgão	TCE - RO
CNPJ	04.801.221/0001-10
UASG:	Código da UASG: 935002
ENDEREÇO:	Av. Presidente Dutra, 4229. Olaria. CEP: 76.801-327. Porto Velho-RO
RESPONSÁVEL:	JOANILCE DA SILVA BANDEIRA DE OLIVEIRA – Sec. Geral de Administração
TELEFONE:	69 3211.9022; 3211.9180
E-MAIL:	sga@tce.ro.gov.br e sga@tce.ro.gov.br

ÓRGÃO Participante IV	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SIGLA do Órgão	TJ – RO
CNPJ	04.293.700/0001-72
UASG:	Código da UASG: 925006
ENDEREÇO:	Rua José Camacho, 585, Olaria, CEP: 76.801-330, Porto Velho-RO
RESPONSÁVEL:	ALEXANDRO PINHEIRO ALMEIDA – Coordenador da NAGES
TELEFONE:	69 – 3217.1114; 3211.1369
E-MAIL:	sustentabilidade@tjro.jus.br

ÓRGÃO Participante V	JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
SIGLA do Órgão	SJRO
CNPJ	05.429.264/0001-89
UASG:	Código da UASG: 090025

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ENDEREÇO:	Av. Pres. Dutra, 2203, Baixa de União. Porto Velho-RO. CEP: 76.805-902
RESPONSÁVEL:	ALINE FREITAS DA SILVA – Diretora da Secretaria Administrativa
TELEFONE:	69 2181-5700; 2181.5702
E-MAIL:	Aline.freitas@trf1.jus.br

1. Abaixo constam os quantitativos estimados de cada item licitado, separados por órgão participante deste certame:

TABELA 1 - QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE RESÍDUOS CLASSIFICADOS			
TIPO DE RESÍDUO LOTE ÚNICO		QUANTITATIVOS ESTIMADOS	
		TRE-RO	TRF1
Item 01	Lâmpadas fluorescentes e de LED	82	0
Item 02	Pilhas, baterias, no breaks	9.112,775	2
Item 03	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	92,5	1
Item 04	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	0

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item 05	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	-	
QUANTITATIVO ESTIMADO – TOTAIS POR ÓRGÃO E TOTAL GERAL (KG)		9.287,275	1

2. A seguir constam o endereços e horários de coletas em cada Órgão participante deste certame:

TABELA 2 – ENDEREÇOS E HORÁRIO DE COLETAS

ÓRGÃO	ENDEREÇO
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (Gerenciador)	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa c
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (Participante I)	Av. Almirante Barroso, 600, Centro
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região (Participante II)	Av. Presidente Dutra, 4055, Olaria,
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (Participante III)	Av. Presidente Dutra, 4229, Olaria,
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Participante IV)	Rua José Camacho, 585, Olaria, CE
Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia (Participante V)	Av. Presidente Dutra, 2203, Centro,

3. Ficam registrados os seguintes valores unitários para os itens abaixo especificados:

TABELA 3 – VALORES UNITÁRIOS DE CADA RESÍDUO (KG)

	ITEM	TIPO D
--	-------------	---------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LOTE ÚNICO		
COLETA DE RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS , conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo a pesagem, o transporte, o eventual Armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos e Armazenados pelas unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia, nas condições detalhadas no termo de referência anexo do edital.	1	Lâmpadas flu
	2	Pilh
	3	Periféricos e su equipamen
	4	Sucatas e supr máquina
	5	Sucatas e supr equipament
VALOR TOTAL DA ARP: R\$ 108.529,20 (cento		

* Por questão de inviabilidade técnica de registro no SIASG das casas decimais, os quantitativos inicialmente previsto (Tabela 1) foram arredondados para maior, conforme quantitativos finais constantes da tabela acima (Tabela 3) desta Ata.

4. A seguir constam quadros individualizados por órgão participante deste certame, contendo os quantitativos dos itens e dos valores unitários registrados nesta ARP, assim como os valores totais (R\$) estimados:

TABELA 4.1 - TRE-RO	
TIPO DE RESÍDUO	QUANTITATIVO DE ITENS

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		
LOTE ÚNICO		Quantidade estimada (KG)	Valor Unitário (R\$)	Valor total por item (R\$)
Item 1	Lâmpadas fluorescentes e de LED	82	5,20	426,40
Item 2	Pilhas, baterias, no breaks	9.112,775	5,20	47.386,43
Item 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	92,5	5,20	481,00
Item 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	5,20	-
Item 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	-	5,20	-
QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		9.287,275 KG	-	R\$ 48.293,83

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 4.2 - TRT 14ª REGIÃO

TIPO DE RESÍDUO RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		
LOTE ÚNICO		Quantidade estimada (KG)	Valor Unitário (R\$)	Valor total por item (R\$)
Item 1	Lâmpadas fluorescentes e de LED	600	5,20	R\$ 3.120,00
Item 2	Pilhas, baterias, no breaks	200	5,20	R\$ 1.040,00
Item 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	100	5,20	R\$ 520,00
Item 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	50	5,20	R\$ 260,00
Item 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	100	5,20	R\$ 520,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO	1.050 KG	-	R\$ 5.460,00
--	-----------------	----------	-------------------------

TABELA 4.3 - PRT 14ª REGIÃO

TIPO DE RESÍDUO RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		
LOTE ÚNICO		Quantidade estimada (KG)	Valor Unitário (R\$)	Valor total por item (R\$)
ITEM 1	Lâmpadas fluorescentes e de LED	25	5,20	130,00
ITEM 2	Pilhas, baterias, no breaks	20	5,20	104,00
ITEM 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	200	5,20	1.040,00
ITEM 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	-	5,20	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos.	200	5,20	1.040,00
QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		445 KG	-	R\$ 2.314,00

TABELA 4.4 – TCE-RO

TIPO DE RESÍDUO RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		
LOTE ÚNICO		Quantidade estimada (KG)	Valor unitário (R\$)	Valor total do item (R\$)
Item 1	Lâmpadas fluorescente e de LED	31,5	5,20	163,80
Item 2	Pilhas, baterias, no breaks	1.020	5,20	5.304,00
Item 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	528	5,20	2.745,60
Item 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	390	5,20	-
Item 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	148	5,20	769,60
QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		2.117,5 KG	-	R\$ 11.011,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 4.5 - TJ-RO

TIPO DE RESÍDUO RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		
LOTE ÚNICO		Quantidade estimada (KG)	Valor unitário (R\$)	Valor total do item (R\$)
Item 1	Lâmpadas fluorescente e de LED	2.300	5,20	11.960,00
Item 2	Pilhas, baterias, no breaks	1.700	5,20	8.840,00
Item 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	-	5,20	-
Item 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	3.500	5,20	18.200,00
Item 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	-	5,20	-
QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		7.500 KG	-	R\$ 39.000,00

TABELA 4.6 - SJRO

TIPO DE RESÍDUO RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		
LOTE ÚNICO		Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total do item



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		(KG)	(R\$)	(R\$)
Item 1	Lâmpadas fluorescente e de LED	300	5,20	1.560,00
Item 2	Pilhas, baterias, no breaks	10	5,20	52,00
Item 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	80	5,20	416,00
Item 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	5,20	-
Item 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	80	5,20	416,00
QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		470 KG	-	R\$ 2.444,00

5. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa e Carta-Contrato.

6. As quantidades dos materiais que vierem a serem coletados serão definidas nas respectivas Notas de Empenho e Carta-Contrato.

7. A contratada deverá fazer a coleta no prazo de até 15 (quinze), a partir da data de autorização pelo gestor do contrato, obedecendo-se ao cronograma das coletas, conforme disposto no Termo de Referência respectivo.

8. A contratada deverá fazer a coleta nos locais e horários indicados na Tabela 2 desta Ata e no Termo de Referência respectivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

11. No TRE-RO, a **gestão desta contratação será realizada pelo titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP** e a fiscalização será realizada pelo titular da Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas – SEVUE em relação aos resíduos de baterias (no breaks) sob controle dessa unidade e pelo titular a Seção de Gestão do Parque computacional – SGPC em relação aos resíduos de baterias (no breaks) e cabo de rede e fita magnética de backup do servidor sob controle dessa unidade, ou pelos respectivos substitutos dos titulares mencionados, cabendo-lhes, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

12. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 23 de dezembro de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	IURI DANIEL SERRATE FARIA Pela Adjudicatária Fornecedor
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 1ª Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 2ª Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/12/2019, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IURI DANIEL SERRATE FARIA, Usuário Externo**, em 30/12/2019, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 30/12/2019, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 02/01/2020, às 07:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 121 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 – DA INTRODUÇÃO

1.1. Este termo de referência é elaborado em conformidade ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002; ao Decreto n. 10.024, 20 de setembro de 2019; às regras do Decreto Federal n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013; art. 19 da Instrução Normativa TRE-RO n. 004, de 30 de outubro de 2008 e, ainda, ao Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, instituidor da **ECOLIGA-RO**, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental.

1.2 Observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE n. 23.234, de 25 de março de 2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG n. 5, de 26 de maio /2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2 – DO OBJETO

2.1 FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS pelos órgãos e entidades da Administração Pública para eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de **COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo também a pesagem, o transporte, eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos pelos seguintes órgãos:

2.1.1 ÓRGÃO GERENCIADOR: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) - Código da UASG: 070024.

2.1.2 ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

I - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Código da UASG: 080015;

II - Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região - Código da UASG: 200095;

III - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - Código da UASG: 935002;

IV - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - Código da UASG: 925006;

V - Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia - Código da UASG: 090025.

2.2 DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

2.2.1 REGRAS GERAIS:

I - Os serviços são constituídos pela coleta, eventual armazenamento, transporte e destinação adequada à legislação ambiental de resíduos sólidos dos resíduos Classe I – Perigosos, atualmente armazenados nas dependências dos órgãos nominados.

II - DEFINIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE ACORDO COM O ITEM 3.1 DA NBR 10004:2004: Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

III - Os serviços especializados de coleta, eventual armazenamento, transporte e destinação adequada de resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados nas dependências do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, deverão observar as disposições contidas neste termo de referência, os normativos federais, estaduais e municipais que versem sobre seu objeto e as normas expedidas sobre o assunto pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços tratados neste documento.

IV - LOCAL E HORÁRIO DAS COLETAS: As coletas serão realizadas nos locais e horários informados no quadro adiante:

TABELA 1		
ÒRGÃO	ENDEREÇO	DIA/HORÁRIO DAS COLETAS
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-901, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Av. Almirante Barroso, 600, Centro, CEP 76801-901, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região	Av. Presidente Dutra, 4055, Olaria, CEP 76801-327, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 4229, Olaria, CEP 76801-327, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Rua José Camacho, 585, Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 2203, Centro, CEP 76805-902, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato

V – ALTERAÇÕES: Havendo impossibilidade justificada de proceder a uma coleta de resíduos agendada, a contratada deverá comunicar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data agendada, o fato à fiscalização do contrato para que sejam tomadas as medidas preventivas necessárias e o reagendamento da coleta.

VI - RESPONSABILIDADE PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelos órgãos contratantes e recolhidos pela contratada, incluindo o transporte, eventual armazenamento e a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada, é inteiramente da contratada, obrigando-se a ressarcir aos contratantes quaisquer



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais.

2.2.2 TIPOS DE RESÍDUOS:

I – A coleta de resíduos Classe I – perigosos, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreende também a pesagem, o transporte, o eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos seguintes resíduos produzidos pelos órgãos contratantes:

a) **lâmpadas fluorescentes** (NBR 10004:2004 - código de Classificação F044), constituinte perigoso: mercúrio; característica da periculosidade: tóxico; incluem-se nessa coleta também lâmpadas de LED (*Light Emitting Diode*);

b) **pilhas e baterias**; (NBR 10004:2004 - Código de Classificação F042, constituinte perigoso: chumbo e ácido sulfúrico; característica da periculosidade: tóxico e corrosivo;

b1) consideram-se pilhas e baterias as que contenham em sua composição, um ou mais dos elementos chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos.

c) **periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática**, tais como fitas de impressora matricial, cartuchos de toner de impressora a laser; mouse, teclado, CPU, monitores, placas de circuito impresso, kit de manutenção fotocondutor de impressora a laser e cabos de computador;

d) **sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras**;

e) **sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos**, tais como carregador de celular ou de pilhas, controle remoto, fone de ouvidos (art. 33, inciso V, da Lei n. 12.305/2010).

2.2.3 FORMA DE EXECUÇÃO DAS COLETAS:

I - Os resíduos sólidos resíduos Classe I – Perigosos encontram-se armazenados em locais reservados pelos órgãos contratantes em espaços de sua propriedade, nos endereços informados neste TR;

II - Os resíduos somente serão coletados mediante o preenchimento do **RELATÓRIO DE RETIRADA E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS, ANEXO I** deste termo de referência, devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário e quantidade de peso recolhido;

III - A pesagem será realizada com a utilização de balança aferida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, de propriedade da contratada;

IV - Quantitativo estimado de resíduos para coleta:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 2 RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS								
TIPO DE RESÍDUO LOTE ÚNICO		QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE CADA RESÍDUO POR ÓRGÃO (KG)						QUANTITATIVO ESTIMADO – TOTAIS POR ÓRGÃO E TOTAL GERAL (KG)
		Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT	Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região - PRT	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	
ITEM 1	Lâmpadas fluorescentes e de LED	82	600	25,00	31,50	2.300,00	300	
ITEM 2	Pilhas, baterias, no breaks	9.112,775	200,00	20,00	1.020,00	1700,00	10,00	
ITEM 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	92,50	100,00	200,00	528,00	-	80,00	
ITEM 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	50,00	-	390,00	3.500,00	-	
ITEM 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	-	100,00	200,00	148,00	-	80,00	
QUANTITATIVO ESTIMADO – TOTAIS POR ÓRGÃO E TOTAL GERAL (KG)		9.287,275	1.050,00	445,00	2.117,50	7.500,00	470,00	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Os quantitativos descritos na Tabela 2 são estimativos e não obrigam os órgãos contratantes na sua execução integral durante a vigência do futuro contrato.

VI - CRONOGRAMA E QUANTITATIVO ESTIMADO DAS COLETAS:

TABELA 3 - CRONOGRAMA E QUANTITATIVO DAS COLETAS		
MÊS DA COLETA	QUANTIDADE ESTIMADA DE CADA ÓRGÃO	
JANEIRO/2020	TRE-RO	9.287,275
	TRT14	1.050,00
	PRT14	330,00
	TCE-RO	2.117,50
	TJ/RO	3.000,00
JUNHO/2020	PRT14	115,00
	TJ/RO	4.500,00
	JUSTIÇA FEDERAL	470,00
IMPORTANTE: Desde que seja possível a operacionalização pela contratada, as coletas de janeiro e junho serão únicas, na mesma data ou período.		

VII - Os serviços de coleta, manuseio e transporte deverão ser realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

VIII – Os resíduos deverão ser segregados e acondicionados pela contratada para transporte em conformidade com a legislação de serviços de coleta, manuseio e transporte realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

IX - O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da **ABNT NBR 13221:2017, com Licença Ambiental de Operação – LAO** para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

X - Os resíduos coletados poderão permanecer temporariamente estocados em local adequado sob responsabilidade da Contratada para encaminhamento oportuno à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

destinação final, desde que devidamente comprovada a **Licença Ambiental de Operação – LAO para armazenamento temporário no local de resíduos perigosos Classe I;**

XI - As lâmpadas fluorescentes devem ser comprovadamente descontaminadas ou encaminhadas para empresa especializada na descontaminação.

a) o processo de descontaminação deverá compreender a ruptura controlada que permita a captura do vapor de mercúrio, a separação e desmercurização dos componentes, e a destinação final que contemple o beneficiamento e o retorno à cadeia produtiva dos materiais recicláveis que as compõem.

XII - As pilhas, as baterias, os periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática, de máquinas fotocopadoras e de eletroeletrônicos devem ser comprovadamente reprocessadas ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de sais e óxidos metálicos comprovadamente destinados como matéria-prima industrial.

2.3 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

I - O recebimento provisório dos serviços de coleta será atestado pelo fiscal do contrato no ato da retirada dos resíduos sólidos no próprio **RELATÓRIO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS, ANEXO I** deste termo de referência.

2.4 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:

I - O termo de recebimento definitivo dos serviços de coleta e destinação final adequada, na forma do **ANEXO II** deste termo de referência, será expedido pelo fiscal do contrato mediante a apresentação pela contratada dos seguintes documentos de controle, acompanhamento das etapas do processo e comprovação da destinação dos resíduos:

a) **Manifesto de transporte de resíduos** que informe a data, a unidade geradora, o peso líquido dos resíduos, o veículo transportador, a destinação, bem como a identificação e as assinaturas dos responsáveis pela geração, pelo transporte, e pelo recebimento nos locais de armazenamento temporário ou destinação final;

b) **Declaração de destinação final dos resíduos** coletados, assinada pelo **responsável técnico** da contratada.

II – Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, deverá à contratada apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato.

3 – DA JUSTIFICATIVA

3.1 DA NECESSIDADE:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Em razão de suas atividades institucionais o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e os cartórios Eleitorais em todo o Estado são fontes de produção de resíduos sólidos.

II - A preocupação com a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos não é novidade na Justiça Eleitoral de Rondônia.

III - Desde o ano de 2017 o Tribunal mantém um acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Velho, por meio do qual a municipalidade, por intermédio de empresa concessionária dos serviços de coleta de lixo doméstico - recolhe semanalmente os **resíduos sólidos de papel** produzidos nas unidades da sede do Tribunal, os quais são coletados separadamente dos demais.

IV - Também no ano de 2017, nos autos do Processo SEI 0001980-27.2017.6.22.8000 deu-se a contratação da empresa PAZ AMBIENTAL LTDA. para realizar a coleta e descarte de lixo hospitalar infectante, recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES deste Tribunal.

V - Além disso, a partir do ano de 2018 os contratos de serviços de manutenção predial e obras no Município de Porto Velho têm disciplinado a obrigação de as empresas contratadas realizarem a gestão dos resíduos gerados na execução desses serviços em cumprimento à Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB n. 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016, norma editada para cumprimento do art. 35 da Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

VI - Nessa linha, este Tribunal vem implantando em suas contratações, de forma paulatina, o comando da sustentabilidade introduzida no artigo 3º, da Lei n. 8.666/93 pela Lei n. 12.349/2010 (regulado pelo Decreto n. 7746/2012). Cita-se, apenas como exemplo:

a) - Processo SEI 0000885-25.2018.6.22.8000: Exigência de comprovação de registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6938, de 1981 para aquisição de **mobiliários que empregam madeira em sua fabricação;**

b) Processo SEI 0001251-64.2018.6.22.8000: **Aquisição de máquinas e equipamentos:** Exigência de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou, ainda, uma DECLARAÇÃO de que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*) e considerando que os bens são equipados com baterias de médio porte, exigência do cumprimento da obrigação de recolhimento e destinação ambientalmente adequada desses produtos, na forma do Art. 33, II, da Lei n. 12305/2010 e da Resolução CONAMA n. 401/2008.

c) Processo SEI 0000420-79.2019.6.22.8000: **aquisição eventual de bens permanentes diversos de informática:** Exigências:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c1) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) (Art. 5º, IV, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010);

c2) Os equipamentos devem possuir Certificado Energy Star ou certificação similar emitida por entidade ou laboratório reconhecido obrigatoriamente pelo INMETRO, comprovando que os equipamentos ofertados apresentam consumo eficiente de energia elétrica;

c3) comprovante de registro do fabricante do equipamento ofertado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais;

c4) Em cumprimento ao art. 33, VI, da Lei 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto 7.404/2010 e, ainda a determinação contida no artigo 17, inciso IV, da Resolução n. 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a futura contratada deverá realizar, sem qualquer ônus ao contratante, a logística reversa dos equipamentos cotados e destinar o material de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, especialmente observando o procedimento e obrigações instituídos pela Lei do Estado de Rondônia n. 2.962/2013 e pela Lei do Município de Porto Velho n. 2.138/2014.

VII - Como visto, as atuais contratações têm demonstrado preocupação com a destinação futura de resíduos de construção civil, baterias, equipamentos de microinformática e eletroeletrônicos bem como há contrato para destinação dos resíduos hospitalares. Ocorre que os demais resíduos, bem como aqueles já produzidos pela Justiça Eleitoral de Rondônia ainda não têm sua destinação adequada ambientalmente.

VIII - Nesse sentido esta contratação se justifica pela necessidade da destinação ambientalmente adequada dos resíduos perigosos em cumprimento à **Lei n. 6.938/1981**, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente e à **Lei n. 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

IX - Além disso, a **Resolução n. 201/2015**, do Conselho Nacional de Justiça - editada também em cumprimento às recomendações contida no **Acórdão TCU n. 1.752/2011 – Plenário** – determina aos órgãos do Poder Judiciário a criação de unidades ou núcleos socioambientais para implantarem Planos de Logística Sustentável (PLS), responsáveis por fomentar ações que estimulem a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, em observância às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA quanto ao descarte adequado do produto ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

X - A referida Resolução CNJ n. 201/2015 prevê as práticas de sustentabilidade deverão abranger o emprego da **logística reversa** na destinação final de **suprimentos de impressão, pilhas e baterias**, pneus, **lâmpadas**, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como **produtos eletroeletrônicos e seus componentes**, de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e observadas as limitações de cada município.

XI - Neste Tribunal, o Núcleo Socioambiental com a função de instituir o Plano de Logística Sustentável (PLS) foi criado pela Portaria n. 425, de 7/7/2017. Atualmente esse coletivo está desenvolvendo essa tarefa, ainda não concluída. Contudo, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos especificados neste termo de referência já são exigíveis em face da legislação e regulamentação aqui descrita.

XII - Por fim, registre-se que este Tribunal, na condição de gerador de resíduos sólidos não apenas equiparados aos domiciliares, deve elaborar um **PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS** em cumprimento ao art. 20 da Lei n. 12.305/2010.

XIII - Referido documento deverá conter, entre outros elementos: **a)** diagnóstico de **TODOS** os resíduos sólidos gerados ou administrados, com origem, volume e caracterização dos resíduos, incluindo passivos ambientais a eles relacionados; **b)** definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador, aí incluída a destinação adequada; **c)** metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos.

XIV - Contudo, é premente a necessidade de destinação final adequada dos resíduos descritos neste termo de referência em razão do grande volume que vem se acumulando nos últimos anos, o armazenamento inadequado e, até, a possibilidade de eventual acidente ambiental gerado pelos resíduos.

XV - Por fim, as constantes reuniões da **ECOLIGA-RO** (coletivo instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental), revelaram que todos os órgãos possuem estoque de resíduos para destinação ambientalmente adequada e o interesse em participar de uma contratação conjunta como forma de ampliar o leque de licitantes e possibilitar a redução do preço contratado pela economia de escala da futura prestadora dos serviços.

XVI - Essa contratação conjunta com os órgãos que integram a **ECOLIGA-RO** permite a utilização do **sistema de registro de preços** com fundamento no art. 3º, III, do Decreto Federal n. 7.892/2013.

3.2 DA SOLUÇÃO APONTADA:

I - A Lei Complementar Municipal n. 546/2014, publicada no DOM, de 24/10/2014, dispõe sobre a coleta regular e seletiva de resíduos sólidos no Município de Porto Velho.

II - Referida Norma Municipal inclui os resíduos tratados neste termo de referência na categoria de **RESÍDUOS SÓLIDOS DIFERENCIADOS COM TRATAMENTOS ESPECÍFICOS** (art. 1º, IV). Todavia, a Municipalidade não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

definiu a competência de seus órgãos para a coleta e destinação final desses resíduos, apenas mencionado que esses procedimentos deverão obedecer às normatizações específicas para cada tipo de resíduo.

III - Na verdade, verifica-se a Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece no art. 10 que incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, porém não cria essa obrigação de coleta e destinação.

IV - Dessa forma, como este órgão, por sua condição de gerador de resíduos sólidos, está sujeito à observância da Lei n. 12.305/2010 (art. 1º, § 1º) e não dispõe de estruturas próprias e adequadas para a sua destinação ambiental adequada, resta a via da contratação de pessoa jurídica especializada na prestação desses serviços.

V - Registre-se, ainda, que essa solução somente foi apontada após a verificação: a) da inexistência de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis de Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos na cidade de Porto Velho, em condições de atender às regras definidas neste TR e b) da não localização de empresas do ramo que pudessem coletar de forma não onerosa os Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos na cidade de Porto Velho.

4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

I - Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas à produção de resíduos sólidos, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

II - Além disso, a contratação buscada vem ao encontro das INICATIVA ESTRATÉGICA consistente na elaboração de Plano de Logística Sustentável do TRERO, nos moldes da Resolução CNJ n. 201/2015, estabelecida no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MACROPROCESSO da GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA, que tem como indicador Índice de desempenho das medidas de sustentabilidade.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

I - De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. As exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto. Em suma, o coletivo ainda não concluiu suas tarefas neste Regional.

III - De igual forma, o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, a Administração Pública pode exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de materiais e contratação de serviços.

IV - Tem-se ainda nessa seara normativa a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009, que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

V - Em sede local, a Lei Estadual n. 2.962/2013 e municipal n. 2.138/2014 institui normas e procedimentos para coleta, armazenagem e destinação final de eletrodomésticos e produtos eletroeletrônicos considerados como lixo tecnológico, no âmbito, respectivamente, do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho.

VI - Em cumprimento a esses dispositivos - e também porque os serviços buscados nesta contratação estão regrados por legislação ambiental federal, estadual e municipal - está sendo exigido das licitantes a **comprovação de licença ambiental de operação das atividades que integram os serviços**.

6 – DO PREÇO ESTIMADOS DOS SERVIÇOS

I - A Instrução Normativa STI/MPOG n. 5/2014, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Embora não seja de observância obrigatória por este Órgão do Poder Judiciário Federal, é, sempre que possível, adotada como uma boa prática neste Tribunal.

II - Referida norma estabelece em seu art. 2º alguns parâmetros para balizar a pesquisa de preços, entre eles, o Painel de Preços, contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos **180 (cento e oitenta) dias** anteriores à data da pesquisa de preços, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso.

III - Ocorre que, pelas características peculiares dos serviços objeto deste TR, optou-se, como primeira medida, pela pesquisa com **potenciais**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fornecedores, procedimento também disciplinado no inciso IV do art. 2º daquela mesma norma e considerado mais efetivo para estimar de forma eficiente o preço dos serviços. Até porque verificou-se um rol bastante amplo de 18 empresas especializadas, conforme pode ser comprovado pelo edoc. n. [0464358](#). De notar-se que o novel Decreto n. 10.024/2019, também estabeleceu em seu art. 3º, inciso XI, alínea "a", 1, que o valor estimado do objeto da licitação deve estar *de acordo com o preço de mercado*.

IV - Todas essas empresas receberam a Pesquisa de Mercado n. 08/2019, (edoc. n. [0456804](#)), fato comprovado pelos edocs. n. [0464319](#) e [0464335](#). Todavia, houve inexpressiva receptividade do mercado (edoc. [0464335](#)). Nesse quadro foi obtido uma única cotação, incluída na Tabela 4 adiante.

V - Considerando que o TCU não recomenda a estimativa de preços baseada apenas em preços praticados por empresas do ramo (**item 9.3.2 do Acórdão TCU n. 718/2018 - Plenário**), a unidade tentou ampliar a base de pesquisa por meio de consulta de preços contratados por órgãos públicos e registradas no banco de preços para o mesmo objeto. Foram localizados cenários semelhantes que permitem inferir o preço praticado na APF. Nessa busca, foram considerados o preço de 3 contratações na Região Norte e 8 contratações nacionais, incluída na Tabela 4 adiante.

VI - Esse método determinou o valor total estimado da contratação em **R\$ 108.731,51 (cento e oito mil setecentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos)**.

TABELA 4: PREÇO ESTIMADO

LOTE ÚNICO	ITEM	TIPO DE RESÍDUOS	QUANTITATIVO ESTIMADO Kg	Cotação 1 Mercado fornecedor (0464342)	Cotação 2	Cotação 3	PREÇO MÉDIO Kg
					Média do Banco de Preços - 3 órgãos públicos na Região Norte (0464907)	Média do Banco de Preços - 8 órgãos públicos nacionais (0464914)	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS	1	Lâmpadas fluorescentes e leds.	3.338,50	5,80	3,12	6,73	5,21
	2	Pilhas, baterias e no breaks	12.062,775	5,80	3,12	6,73	5,21
	3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	1.000,50	5,80	3,12	6,73	5,21
	4	Máquinas fotocopiadoras	3.940,00	5,80	3,12	6,73	5,21
	5	Sucatas e suprimentos inservíveis de eletroeletrônicos	528,00	5,80	3,12	6,73	5,21
VALOR TOTAL					108.731,51		

**Tabela 5 - PREÇO ESTIMADO – Tribunal Regional
Eleitoral de Rondônia**

ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Lâmpadas fluorescentes e leds	82	5,21	427,22
2	Pilhas, baterias e no breaks	9.112,775	5,21	47.477,54
3	Periféricos e suprimentos	92,50	5,21	481,92

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	inservíveis de equipamentos de informática			
4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	-	-
5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	-	-	-
VALOR TOTAL ESTIMADO				48.386,68

Tabela 6 - PREÇO ESTIMADO – Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região				
ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Lâmpadas fluorescentes e leds	600,00	5,21	3.126,00
2	Pilhas, baterias e no breaks	200,00	5,21	1.042,00
3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	100,00	5,21	521,00
4	Sucatas e suprimentos inservíveis de	50,00	5,21	260,50

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	máquinas fotocopiadoras			
5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	100,00	5,21	52,10
VALOR TOTAL ESTIMADO				5.470,500
Informação da fonte orçamentária do órgão: edoc. juntado no evento 0450511 .				

Tabela 7 - PREÇO ESTIMADO – Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região

ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Lâmpadas fluorescentes e leds	25,00	5,21	130,25
2	Pilhas, baterias e no breaks	20,00	5,21	104,20
3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	200,00	5,21	1.042,00
4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	-	-	-
5	Sucatas e suprimentos inservíveis de	200,00	5,21	1.042,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	equipamentos eletroeletrônicos			
VALOR TOTAL ESTIMADO				2.318,45
Informação da fonte orçamentária do órgão: edoc. juntado no evento 0451483 .				

Tabela 8 - PREÇO ESTIMADO – Tribunal de Contas do Estado de Rondônia				
ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Lâmpadas fluorescentes e leds	31,50	5,21	164,12
2	Pilhas, baterias e no breaks	1.020,00	5,21	5.314,20
3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	528,00	5,21	2.750,88
4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	390,00	5,21	2.031,90
5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	148	5,21	771,08
VALOR TOTAL ESTIMADO				11.032,18

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Informação da fonte orçamentária do órgão: edoc. juntado no evento [0451554](#).

Tabela 9 - PREÇO ESTIMADO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia				
ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Lâmpadas fluorescentes e leds	2.300,00	5,21	11.983,00
2	Pilhas, baterias e no breaks	1.700,00	5,21	8.857,00
3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	-	-	-
4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	3.500,00	5,21	18.235,00
5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	-	-	-
VALOR TOTAL ESTIMADO				39.075,00
Informação da fonte orçamentária do órgão: edoc. juntado no evento 0453057 .				

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 10 - PREÇO ESTIMADO – Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia

ITEM	RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Lâmpadas fluorescentes e leds	300,00	5,21	1.563,00
2	Pilhas, baterias e no breaks	10,00	5,21	52,10
3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	80,00	5,21	416,80
4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	-	-
5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	80,00	5,21	416,80
VALOR TOTAL ESTIMADO				2.488,70
Informação da fonte orçamentária do órgão: edoc. juntado no evento 0454797 .				

6.1 DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO TRE-RO:

A despesa decorrente deste Termo de Referência será executada de acordo com o enquadramento adiante:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 11: FONTE ORÇAMENTÁRIA - 2020 (0465302)	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Manutenção Geral / Orçamento Ordinário
AGREGADOR	Manutenção da Infraestrutura Física
DESPESA AGREGADA	Limpeza e conservação
PLANO INTERNO	AIEF LIMPEZ
VALOR ESTIMADO:	R\$ 48.386,68

6.2 DISPENSA DE DOTAÇÃO PORÇAMENTÁRIA - REGISTRO DE PREÇOS:

Tratando-se de formação de registro de preços não há necessidade de indicação da dotação orçamentária nesta fase do procedimento (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). As fontes orçamentárias de todos os órgãos estão indicadas neste capítulo do Tr.

7 - FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

I - Registra-se que não há SRP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste TR.

II - Conforme já registrado no Capítulo 3 deste TR, as constantes reuniões da **ECOLIGA-RO** (coletivo instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental), revelaram que todos os órgãos possuem estoque de resíduos para destinação ambientalmente adequada e o **interesse em participar de uma contratação conjunta como forma de ampliar o leque de licitantes e possibilitar a redução do preço contratado pela economia de escala da futura prestadora dos serviços.**

III - Essa contratação conjunta com os órgãos que integram a **ECOLIGA-RO**, permite, por si só, a utilização do sistema de registro de preços com fundamento no **art. 3º, III, do Decreto Federal n. 7.892/2013.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Verifica-se ainda que a maioria dos órgãos está optando pela coleta parcelada em dois (2) eventos, situação que também justifica a formação de registro de preços com fundamento no **art. 3º, II, do Decreto Federal n. 7.892/2013**.

7.2. DISPENSA DE DIVULGAÇÃO DA IRP:

I - Em cumprimento ao disposto no art. § 1º do art. 4º do Decreto 7.892/2013, a Coordenadoria de Material e Patrimônio se manifesta pela dispensa da divulgação da intenção registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) porque a consulta aos demais órgãos foi realizada em momento anterior, durante o planejamento desta contratação, e os interessados já se manifestaram e integram este registro de preços na condição de órgãos participantes, no total de 06 (seis).

7.3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

I - Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

II - JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão da natureza dos serviços, os quais poderão atender outros órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

III - De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

IV - De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

V - No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

8 - DO CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

I - Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e, ainda pelo cumprimento **padronizado** da legislação sobre eles aplicáveis. Por tal motivo, é possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Assim, deverá ser adotada **a modalidade de pregão eletrônico prevista no art. 1º da Lei n. 10520/2002 e regulamentado pelo Decreto Federal n. 5450/2005, na forma de execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço global, tipo menor preço por lote.**

II - NÃO DIVULGAÇÃO DOS PREÇOS ESTIMADOS: Na busca da proposta mais vantajosa por meio da disputa dos licitantes, opina-se pela não divulgação do preço estimado dos serviços (Acórdão TCU n. 2898/2008 – Plenário).

8.2 INCLUSÃO DE TODOS OS RESÍDUOS PERIGOSOS CLASSE I, DE TODOS OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES, EM UM LOTE ÚNICO:

I - O agrupamento de todos os resíduos sólidos em um único lote deve-se a sua classificação de PERIGOSOS, CLASSE I, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012.

II - Assim, além de possuírem a mesma natureza, todos estão submetidos a regras semelhantes para coletas, transporte e armazenamento temporário,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apenas diferindo em relação à destinação final adequada à legislação ambiental, na forma da **Licença Ambiental de Operação – LAO** das empresas.

III - Busca-se, ainda, redução de preços com a **economia de escala** (conceito econômico cujo significado é a possibilidade de reduzir o custo médio de um determinado produto/serviço pela diluição dos custos fixos em um número maior de unidades produzidas ou prestadas), já que empresas poderão repassar a eventual redução dos custos em sua proposta.

8.3 DA INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:

I - Considerando que o valor estimado para o lote único da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), **NÃO** se aplica a regra de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC n. 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal n. 8538/2015.

II - As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

8.4 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

I - A proposta de preços deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos, aí incluídas as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

II - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

III - No preenchimento da proposta, a licitante deverá detalhar o preço unitário e total para a coleta do quilograma (kg) de cada item e preço total de sua proposta para o lote único;

IV - A LICITANTE DEVERÁ INDICAR EXPRESSAMENTE EM SUA PROPOSTA SE UTILIZARÁ ATERRO SANITÁRIO PARA DISPOSIÇÃO FINAL DE ALGUM RESÍDUO DO ITEM ÚNICO, DESDE QUE DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL;

V - NA HIPÓTESE DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS EM ATERRO SANITÁRIO, A LICITANTE DEVERÁ TAMBÉM ANEXAR A SUA PROPOSTA DE PREÇOS DOCUMENTAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EXPEDIDA PELA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA LOCALIDADE ONDE ATERRO ESTÁ INSTALADO), COMPROVANDO QUE ESTÁ AUTORIZADA PARA REALIZAR O DEPÓSITO DESSES MATERIAIS NO LOCAL;

VI - Qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada ao TRE de Rondônia com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental;

VII - A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos e condições deste termo de referência, do edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de serviço com características e quantidades diferentes das indicadas nesses documentos;

VIII – Apenas serão aceitas propostas com cotação para TODOS os resíduos que fazem parte do item único;

IX - Sob pena de desclassificação, a proposta deve ser elaborada e apresentada nos moldes do **ANEXO III** deste termo de referência;

X - Será considerado vencedora a proposta que ofertar o menor preço global para o lote único do certame, observado, ainda, o teto do valor estimado para cada item.

8.5 DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO:

I - Qualificação técnica: Para comprovação da qualificação técnica e capacidade operacional das licitantes, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, consistente na apresentação de no mínimo 01 (um) **atestado de capacidade técnico-operacional**, em nome da empresa, comprovando a execução de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos serviços objeto da licitação, **equivalente a 6.956,00 Kg (seis mil, novecentos e cinquenta e seis quilos)**.

a1) considera-se atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação qualquer atividade relacionada ao gerenciamento de resíduos sólidos CLASSE I – PERIGOSOS, na forma abaixo indicada:

a1.1) coleta e transporte da quantidade mínima de resíduos equivalente a 6.956,00 Kg (seis mil, novecentos e cinquenta e seis quilos);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a1.2) tratamento e disposição final ambientalmente adequada ou destinação final ambientalmente adequada da quantidade mínima de resíduos equivalente a 6.956,00 Kg (seis mil, novecentos e cinquenta e seis quilos).

b) somente será permitida a soma de atestados quando se tratar de execução de serviços em períodos concomitantes, realizados em um período máximo de um ano;

b1) os atestados poderão ser originários de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior;

b2) tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório;

b3) A licitante **poderá** apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração se for o caso, a fim de evitar diligências durante a fase de habilitação técnica.

II - Comprovação de que a licitante terá em seu quadro de pessoal, até a data da assinatura do contrato, responsável técnico devidamente registrado no conselho de classe responsável pela fiscalização das atividades contidas no objeto do certame.

a) Para fins de comprovação, entende-se como quadro de pessoal da licitante:

a1) o dirigente ou sócio;

a2) o empregado;

a3) o detentor de contrato de prestação de serviço.

b) quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante a comprovação será feita pelo ato constitutivo da empresa;

c) caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços **não** seja dirigente ou sócio da empresa, a licitante deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou outro documento idôneo da comprovação do vínculo ou, ainda, uma declaração de contratação - até a data da assinatura do contrato - do responsável técnico indicado, desde que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acompanhada da declaração de anuência do profissional (Acórdãos TCU n. 800/2008 e n. 1762/2010, ambos do Plenário), conforme modelo contido no **ANEXO IV**;

d) no caso de duas ou mais licitantes apresentarem um mesmo profissional como responsável técnico como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

e) os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão atuar nessa condição na prestação dos serviços, admitindo-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização do órgão contratante.

III - Declaração de disponibilidade, conforme modelo contido no ANEXO V, indicando:

a) Que disporá até a data da contratação, de todos os equipamentos e instalações adequadas para a prestação dos serviços que está apresentando proposta;

b) que os serviços de coleta, manuseio e transporte serão realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

c) que o transporte será realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente.

IV - Certificado de Regularidade válido, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, devendo conter a listagem das atividades previstas no **Cadastro Técnico Federal** relacionadas ao objeto do certame, conforme art. 17, inciso II, da Lei n. 6938/81, com redação dada pela Lei n. 7804/89 e art. 8º, inciso XVII, da Lei n. 12.305/10;

V - Licença Ambiental de Operação – LAO, regular e válida, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município - SEMA de Porto Velho (de acordo com a Lei



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Complementar Municipal n. 138, de 28 de dezembro de 2001 e do Decreto Municipal n. 14756, de 12 de setembro de 2017) **para as atividades de coleta, transporte rodoviário, armazenamento temporário e destinação final adequada de resíduos Classe I;**

VI - Licença Ambiental de Operação – LAO, regular e válida, **expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão competente equivalente**, sempre que qualquer atividade relacionada à prestação dos serviços objeto do certame **não** seja da competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho - SEMA de Porto Velho.

9 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93;

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado;

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013);

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União;

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

9.1 DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

9.1.1 Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços previstos no art. 5º do Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações, especificamente o que segue:

I - Disponibilizar a ata de registro de preços aos órgãos participantes;

II - Gerenciar a ata de registro de preços;

III - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

IV - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

V - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

VI - Fazer o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 22 do Decreto n. 7892/2013, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

9.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

III - Derão ser convocados os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

II - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.2 DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

9.2.1 Caberá aos órgãos participantes a prática de todos os atos previstos no art. 6º do Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações, especificamente o que segue:

I - Tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

II - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10 - DO CONTRATO

10.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À ASSINATURA DO CONTRATO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Na forma do art. 62 da Lei n. 8.666/93, será firmada carta-contrato com a compromissária. No ato da assinatura do contrato a compromissária deverá apresentar:

a) se ainda não fez durante o certame licitatório, a **cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços** ou outro documento idôneo da comprovação do vínculo do responsável técnico indicado na licitação;

b) o nome, telefone e email de um representante da empresa para atuar como responsável da empresa com poderes de decisão e necessária solução de problemas relacionados à execução dos serviços, troca de informações, esclarecimentos e resoluções de questões administrativas que eventualmente possam surgir da relação contratual;

c) regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ).

II - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a compromissária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

III - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela compromissária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;**

IV - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.2 REGRAS GERAIS APLICÁVEIS AO CONTRATO:

I - Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

II - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

II - À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10520/2002 e Lei n. 8666/93, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la; as leis e normativos federais, principalmente a Lei n. 12305/2010, estaduais e municipais que versem sobre o presente objeto, as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços tratados neste termo de referência e supletivamente a Lei n. 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

10.3 DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS:

Para garantir a plena e eficaz execução dos serviços, poderá a contratada subcontratá-los parcialmente (art. 89 da IN TRE-RO n. 04/2008).

A subcontratação deverá ser previamente aprovada pela contratante.

Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da contratada de modo a proporcionar o andamento harmonioso dos serviços em relação ao todo do objeto.

A eventual empresa subcontratada deverá comprovar todos os requisitos de habilitação técnica exigidos pelo edital e seus anexos para a execução dos serviços contratados.

A subcontratação de partes do objeto não libera a contratada de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais.

Responderá a contratada perante a Administração e terceiros pela parte que subcontratou.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.4 PRAZO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, REAJUSTE, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO DO CONTRATO:

10.4.1 Prazo de execução: No TRE/RO: A contratada deverá fazer a coleta no prazo de até 15 (quinze), a partir da data de autorização pelo gestor do contrato, obedecendo-se ao cronograma das coletas.

10.4.2 Prazo vigência: No TRE/RO: 12 meses a partir a data de assinatura. Nos demais órgãos: De acordo com a definição de cada órgão.

10.4.3 Reajuste de preços: Os preços dos serviços serão fixos e irreajustáveis.

10.4.4 Reequilíbrio: Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

10.4.5 Alterações do contrato: Havendo interesse da Administração, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

10.5 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

II - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

III – Exigir e conferir o documento de garantia ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de rescisão do contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

IV - Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

V - Assegurar o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

VI - Fornecer todas as informações solicitadas pelos órgãos competentes, relativas à natureza, ao tipo, às características e ao gerenciamento dos resíduos produzidos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII – Permitir à contratada, sob seu acompanhamento e se necessário, a segregação e o acondicionamento dos resíduos sólidos armazenados em suas dependências nos termos das normas legais e regulamentares;

VIII - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

VI - Notificar a contratada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

VII - Rejeitar, através do fiscal contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução dos serviços;

VIII - Receber os serviços, através do fiscal contrato, em caráter definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no contrato, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

IX - Realizar o pagamento pelos serviços prestados de forma regular;

X - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

10.6 DO PAGAMENTO:

I - O pagamento será realizado após a execução da coleta, desde que os serviços tenham sido recebidos de forma definitiva e atestados pela fiscalização do contratante, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Fatura/Nota Fiscal;

II - A contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal:

a) o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato;

b) comprovar situação de regularidade com a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b1) caso haja alguma pendência, o fiscal do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b2) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

III - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

IV - Sobre os valores dos serviços serão aplicadas as retenções legais, no que couber, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

V - Pelos eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

a) a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10.7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução dos serviços nos termos estabelecidas no edital e seus anexos, na sua proposta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comercial e no instrumento de contrato, especialmente o prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato para realizar a coleta dos resíduos sólidos;

II – Participar de reuniões com a Administração contratante ou responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução dos serviços;

III - Apresentar-se e manter-se em condições de plena regularidade e validade todos os documentos e comprovações previstos neste contrato e na legislação aplicável aos serviços;

IV – Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

V - Executar os serviços de coleta, manuseio e transporte com a utilização de equipamentos de proteção individual pelos profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

VI - Executar as coletas nas datas agendadas com o fiscal ou o gestor do contrato;

VII - Realizar o transporte em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

VIII – Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento notificação, salvo justificativa razoável;

IX - Manter os profissionais indicados no certame licitatório como responsável técnico para atuar nessa condição durante a prestação dos serviços. Admite-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência de caso fortuito ou força maior, apenas por profissionais com perfis técnicos equivalentes ou superiores e mediante prévia autorização do órgão contratante;

X – Garantir que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do contratante, recomendando-se o uso de uniforme da empresa, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa);

XI – Responsabilizar-se pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo contratante e por ela recolhidos, incluindo o transporte, eventual armazenamento e a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada, obrigando-se a ressarcir ao contratante quaisquer despesas que essa venha a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais;

X - Apresentar ao contratante, tão logo esteja em seu poder, os registros e comprovantes de tratamento e/ou disposição final dada aos resíduos coletados e transportados, os quais está obrigado a obter em cumprimento à legislação ambiental e à Licença Ambiental de Operação – LAO;

XII - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

XIII – Apenas subcontratar parcialmente os serviços com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

XIV - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei n. 8666/93), não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade a eventual subcontratação parcial dos serviços e o fato de o contratante fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;

XV - Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade fiscal, regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

XVI- Apresentar todos os documentos exigidos pelo contrato para ter direito ao pagamento dos serviços executados de forma definitiva;

XVII- Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

VVIII - Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pela Administração contratante, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XIX - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total estimado do contrato, na forma do artigo 65, § § 1º e 2º, da Lei n. 8666/93.

XX - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

XXI - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XXII - Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto do contrato.

10.8 PROIBIÇÕES EXPRESSAS À CONTRATADA:

I – Além de outras proibições contidas na legislação e normativos ambientais, são expressamente proibidas à contratada, conforme disposto na Lei n. 12305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:

- a) lançamento em quaisquer corpos hídricos.
- b) lançamento *in natura* a céu aberto.
- c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- d) outras formas vedadas pelo poder público;
- e) deposição inadequada no solo;
- f) deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- g) lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados.
- h) infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental competente;
- i) utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente.
- j) utilização para alimentação humana.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11 – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

11.1 SANÇÕES MORATÓRIAS: Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

I - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após agendamento com o fiscal ou o gestor do contrato, para executar a coleta dos resíduos sólidos:

- a) até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- c) de 11 (onze) a 30 (trinta) dias de atraso: multa de 5% (cinco) do valor contratado para o serviço em atraso;
- d) atrasos superiores a 30 (trinta): multa de 6% (seis) por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para refazer ou corrigir os serviços não recebidos pela fiscalização:

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;
- c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado para o serviço não recebidos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

III - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo concedido pelo fiscal do contato para apresentar os documentos de controle,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acompanhamento das etapas do processo e comprovação da destinação dos resíduos:

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para os serviços não comprovados;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para os serviços não comprovados;
- c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado para os serviços não comprovados; podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

IV - Descumprir de forma injustificada os prazos fixados pelo fiscal ou gestor do contrato para o cumprimento das demais obrigações contratuais, contados do recebimento da notificação:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- b) De 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis: multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- c) Mais de 10 (dez) dias úteis: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

11.2 SANÇÕES PUNITIVAS: Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

11.3 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

11.4 O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).

11.5 A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

11.6 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).

11.7 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

11.8 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 No TRE-RO:

I - A fiscalização do contrato será realizada:

- a) Pelo titular da **Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas - SEVUE**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos de baterias (no breaks) sob controle dessa unidade;
- b) Pelo titular a **Seção de Gestão do Parque computacional – SGPC**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos de baterias (no breaks) e cabo de rede e fita magnética de backup do servidor sob controle dessa unidade;
- c) Pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos demais resíduos.

II – A gestão do contrato será realizada pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP**, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

III - A unidade gestora poderá solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal.

12.2 Nos demais órgãos participantes: De acordo com a definição de cada um deles.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13 - ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

13.1 As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas pela servidora Rudma Rosa Costa da Coordenadoria de Material e Patrimônio, na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2143 ou ainda, pelo e-mail comap@tre-ro.jus.br.

14 – ANEXOS

14.1 Integram este Termo de Referência:

ANEXO I – Relatório e termo de recebimento provisório de serviços de coleta de resíduos sólidos ([0454201](#));

ANEXO II – Termo de recebimento definitivo de serviços de coleta e destinação final adequada de resíduos sólidos ([0454203](#));

ANEXO III – Modelo padronizado de proposta ([0454205](#));

ANEXO IV – Declaração de contratação futura de responsável técnico ([0454206](#));

ANEXO V – Declaração de disponibilidade ([0454207](#)).

Em 21 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assistente de Gabinete, em 21/10/2019, às 11:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA**, Coordenador(a), em 21/10/2019, às 11:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000739-47.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 36/2019 –**
Formação de RP – Serviço de coleta de resíduos sólidos classe I - perigosos - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 0489938 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE/RO ([0394679](#)), objetivando a **contração de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos**, por via Sistema de Registro de Preços - SRP, a fim de atender as necessidades destes Tribunal, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – TRT14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região – PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0480971](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico AJDG nº 0482320/ 2019 - PRES/DG/AJDG, convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 36/2019 ([0482409](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados nos eventos [0482411](#) e [0482677](#).

04. Não houve pedidos de esclarecimento nem impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas ([0487149](#));

b) proposta da empresa AMAZON FORT SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, CNPJ nº 84.750.538/0001-03 ([0487238](#) e [0487240](#));

c) documentos de habilitação da empresa mencionada ([0487245](#), [0487246](#), [0487247](#), [0487249](#), [0487250](#) e [0488266](#)); e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) a manifestação favorável da unidade técnica quanto a proposta e os documentos de habilitação (0487741).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0488401](#)), Resultado por Fornecedor ([0488406](#)), Termo de Adjudicação ([0488403](#)), Resultado de Licitação e o comprovante de sua publicação (0489366).

07. Por fim, em seu relatório ([0488480](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

08. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0488606](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2019.

09. Desencadeada a fase externa da competição, verifica-se a observância do art. 17 do Decreto nº 5.450/05, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 25 do Decreto nº 10.024/19.

10. Na publicação do aviso ([0482677](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, II, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 25 do Decreto nº 10.024/19.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:
Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0487149](#)) e na ata do certame (0488401). Não houve recusa de lances.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas no quadro constante do item 5.3 do Relatório do Pregoeiro (0488480). Desse modo, as justificativas demonstram que a pregoeira, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

e) Item deserto: Não houve.

f) Fase de Habilitação: AMAZON FORT SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, CNPJ nº 84.750.538/0001-03 ([0487245](#), [0487246](#), [0487247](#), [0487249](#), [0487250](#) e [0488266](#)).

g) Recursos: Não houve.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

13. É importante registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0488401](#)).

14. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III - DA CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0488403](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

À consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 19/12/2019, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 19/12/2019, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000739-47.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 36/2019** – Formação de RP – Serviço de coleta de resíduos sólidos classe I - perigosos

DESPACHO Nº 6552 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, objetivando a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I - perigosos**, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste Tribunal, do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT 14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região - PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJ/RO e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.

Após realização do Pregão Eletrônico n. 36/2019 a Pregoeira juntou aos autos a comprovação da divulgação do edital ([0482411](#) e [0482677](#)); relatório de propostas ([0487149](#)); proposta da empresa AMAZON FORT SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, CNPJ nº 84.750.538/0001-03 ([0487238](#) e [0487240](#)); documentos de habilitação da empresa mencionada ([0487245](#), [0487246](#), [0487247](#), [0487249](#), [0487250](#) e [0488266](#)); a manifestação favorável da unidade técnica quanto a proposta e os documentos de habilitação ([0487741](#)); Ata do certame ([0488401](#)); o Resultado por Fornecedor ([0488406](#)); Termo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Adjudicação ([0488403](#)), Resultado de Licitação e o comprovante de sua publicação (0489366) e o Relatório com as principais ocorrências do certame ([0488480](#)).

Não houve pedidos de esclarecimento e impugnação ao Edital nem intenção de recurso.

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação a Pregoeiro declarou vencedora a licitante AMAZON FORT SOLUCOES AMBIENTAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA, CNPJ 84.750.538/0001-03, valor global de R\$108.529,20 (cento e oito mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte centavos). Não havendo recurso, a Pregoeira adjudicou o objeto à vencedora ([0488403](#)).

Instada a se manifestar a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 ([0489938](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos no parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0488401](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretoria-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 36/2019**, consoante Termo de Adjudicação ([0488403](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 19/12/2019, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP Nº. 91/2019

PROCESSO Nº. 0000739-47.2019.6.22.8000 – SEI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2019

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, em Porto Velho - RO, CEP: 76.805-859, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS SERVIÇOS DISCRIMINADOS NESTA ARP**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico respectivo, adjudicado à licitante **AMAZON FORT SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.750.538/0001-03, com sede na Rodovia BR 364, S/N, Quadra 11, Lote 003, Setor 52, Cidade Jardim, em Porto Velho – RO. CEP: 76.815-800. Telefone(s): (69) 3223.0028, 08000690028 e (69) 99231-6699. E-mail(s): iuri.faria@amazonfort.com.br e josiane.saldanha@amazonfort.com.br, neste ato representada por seu Procurador, Senhor **IURI DANIEL SERRATE FARIA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.894.926-8 SSP/PR e CPF nº. 591.434.102-78, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**, para atender as necessidades dos órgãos participantes deste certame, a seguir relacionados:

ÓRGÃO Gerenciador	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
SIGLA do Órgão	TRE-RO
CNPJ	04.565.735/0001-13
UASG:	Código da UASG: 070024
ENDEREÇO:	Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, em Porto Velho - RO, CEP: 76.805-859
RESPONSÁVEL:	RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA – Coordenadora da COMAP

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TELEFONE:	69 – 3211.2143; 3211.2144
E-MAIL:	Comap@tre-ro.jus.br e Rudma.rosa@tre-ro.jus.br

ÓRGÃO Participante I	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
SIGLA do Órgão	TRT – 14ª Região
CNPJ	03.326.815/0001-53
UASG:	Código da UASG: 080015
ENDEREÇO:	Av. Alm. Barroso, 600. Mocambo, CEP: 76.801-901. Porto Velho-RO
RESPONSÁVEL:	LÉLIO LOPES FERREIRA JÚNIOR – Diretor Geral
TELEFONE:	69 – 3218.6430; 3218.6433; 3218.6473.
E-MAIL:	Lelio.lopes@trt14.jus.br e gd@trt14.jus.br

ÓRGÃO Participante II	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
SIGLA do Órgão	PRT – 14ª Região
CNPJ	26.989.715/0045-23
UASG:	Código da UASG: 200095
ENDEREÇO:	Rua Presidente Dutra, 4055. Olaria. Porto Velho – RO. CEP: 76.801-327
RESPONSÁVEL:	JOEL ALVES MARTINS FILHO – Diretor Regional PRT - 14
TELEFONE:	69 3216.1200; 99245-9572.
E-MAIL:	Trt14.dr@mpt.mp.br

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ÓRGÃO Participante III	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
SIGLA do Órgão	TCE - RO
CNPJ	04.801.221/0001-10
UASG:	Código da UASG: 935002
ENDEREÇO:	Av. Presidente Dutra, 4229. Olaria. CEP: 76.801-327. Porto Velho-RO
RESPONSÁVEL:	JOANILCE DA SILVA BANDEIRA DE OLIVEIRA – Sec. Geral de Administração
TELEFONE:	69 3211.9022; 3211.9180
E-MAIL:	sga@tce.ro.gov.br e sga@tce.ro.gov.br

ÓRGÃO Participante IV	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SIGLA do Órgão	TJ – RO
CNPJ	04.293.700/0001-72
UASG:	Código da UASG: 925006
ENDEREÇO:	Rua José Camacho, 585, Olaria, CEP: 76.801-330, Porto Velho-RO
RESPONSÁVEL:	ALEXANDRO PINHEIRO ALMEIDA – Coordenador da NAGES
TELEFONE:	69 – 3217.1114; 3211.1369
E-MAIL:	sustentabilidade@tjro.jus.br

ÓRGÃO Participante V	JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
SIGLA do Órgão	SJRO
CNPJ	05.429.264/0001-89
UASG:	Código da UASG: 090025

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ENDEREÇO:	Av. Pres. Dutra, 2203, Baixa de União. Porto Velho-RO. CEP: 76.805-902
RESPONSÁVEL:	ALINE FREITAS DA SILVA – Diretora da Secretaria Administrativa
TELEFONE:	69 2181-5700; 2181.5702
E-MAIL:	Aline.freitas@trf1.jus.br

1. Abaixo constam os quantitativos estimados de cada item licitado, separados por órgão participante deste certame:

TABELA 1 - QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE RESÍDUOS CLASSIFICADOS			
TIPO DE RESÍDUO LOTE ÚNICO		QUANTITATIVOS	
		TRE-RO	TRF1
Item 01	Lâmpadas fluorescentes e de LED	82	0
Item 02	Pilhas, baterias, no breaks	9.112,775	2
Item 03	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	92,5	1
Item 04	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item 05	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	-	
QUANTITATIVO ESTIMADO – TOTAIS POR ÓRGÃO E TOTAL GERAL (KG)		9.287,275	1

2. A seguir constam o endereços e horários de coletas em cada Órgão participante deste certame:

TABELA 2 – ENDEREÇOS E HORÁRIO DE COLETAS

ÓRGÃO	ENDEREÇO
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (Gerenciador)	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa c
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (Participante I)	Av. Almirante Barroso, 600, Centro
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região (Participante II)	Av. Presidente Dutra, 4055, Olaria,
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (Participante III)	Av. Presidente Dutra, 4229, Olaria,
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Participante IV)	Rua José Camacho, 585, Olaria, CE
Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia (Participante V)	Av. Presidente Dutra, 2203, Centro,

3. Ficam registrados os seguintes valores unitários para os itens abaixo especificados:

TABELA 3 – VALORES UNITÁRIOS DE CADA RESÍDUO (KG)

	ITEM	TIPO D
--	-------------	---------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LOTE ÚNICO		
COLETA DE RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS , conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo a pesagem, o transporte, o eventual Armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos e Armazenados pelas unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia, nas condições detalhadas no termo de referência anexo do edital.	1	Lâmpadas flu
	2	Pilh
	3	Periféricos e su equipamen
	4	Sucatas e supr máquina
	5	Sucatas e supr equipament
VALOR TOTAL DA ARP: R\$ 108.529,20 (cento		

* Por questão de inviabilidade técnica de registro no SIASG das casas decimais, os quantitativos inicialmente previsto (Tabela 1) foram arredondados para maior, conforme quantitativos finais constantes da tabela acima (Tabela 3) desta Ata.

4. A seguir constam quadros individualizados por órgão participante deste certame, contendo os quantitativos dos itens e dos valores unitários registrados nesta ARP, assim como os valores totais (R\$) estimados:

TABELA 4.1 - TRE-RO	
TIPO DE RESÍDUO	QUANTITATIVO DE ITENS

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		
LOTE ÚNICO		Quantidade estimada (KG)	Valor Unitário (R\$)	Valor total por item (R\$)
Item 1	Lâmpadas fluorescentes e de LED	82	5,20	426,40
Item 2	Pilhas, baterias, no breaks	9.112,775	5,20	47.386,43
Item 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	92,5	5,20	481,00
Item 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	5,20	-
Item 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	-	5,20	-
QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		9.287,275 KG	-	R\$ 48.293,83



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 4.2 - TRT 14ª REGIÃO

TIPO DE RESÍDUO RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		
LOTE ÚNICO		Quantidade estimada (KG)	Valor Unitário (R\$)	Valor total por item (R\$)
Item 1	Lâmpadas fluorescentes e de LED	600	5,20	R\$ 3.120,00
Item 2	Pilhas, baterias, no breaks	200	5,20	R\$ 1.040,00
Item 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	100	5,20	R\$ 520,00
Item 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	50	5,20	R\$ 260,00
Item 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	100	5,20	R\$ 520,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO	1.050 KG	-	R\$ 5.460,00
--	-----------------	----------	-------------------------

TABELA 4.3 - PRT 14ª REGIÃO

TIPO DE RESÍDUO RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		
LOTE ÚNICO		Quantidade estimada (KG)	Valor Unitário (R\$)	Valor total por item (R\$)
ITEM 1	Lâmpadas fluorescentes e de LED	25	5,20	130,00
ITEM 2	Pilhas, baterias, no breaks	20	5,20	104,00
ITEM 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	200	5,20	1.040,00
ITEM 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	-	5,20	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos.	200	5,20	1.040,00
QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		445 KG	-	R\$ 2.314,00

TABELA 4.4 – TCE-RO

TIPO DE RESÍDUO RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		
LOTE ÚNICO		Quantidade estimada (KG)	Valor unitário (R\$)	Valor total do item (R\$)
Item 1	Lâmpadas fluorescente e de LED	31,5	5,20	163,80
Item 2	Pilhas, baterias, no breaks	1.020	5,20	5.304,00
Item 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	528	5,20	2.745,60
Item 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	390	5,20	-
Item 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	148	5,20	769,60
QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		2.117,5 KG	-	R\$ 11.011,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 4.5 - TJ-RO

TIPO DE RESÍDUO RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		
LOTE ÚNICO		Quantidade estimada (KG)	Valor unitário (R\$)	Valor total do item (R\$)
Item 1	Lâmpadas fluorescente e de LED	2.300	5,20	11.960,00
Item 2	Pilhas, baterias, no breaks	1.700	5,20	8.840,00
Item 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	-	5,20	-
Item 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	3.500	5,20	18.200,00
Item 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	-	5,20	-
QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		7.500 KG	-	R\$ 39.000,00

TABELA 4.6 - SJRO

TIPO DE RESÍDUO RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS		QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		
LOTE ÚNICO		Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total do item



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		(KG)	(R\$)	(R\$)
Item 1	Lâmpadas fluorescente e de LED	300	5,20	1.560,00
Item 2	Pilhas, baterias, no breaks	10	5,20	52,00
Item 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	80	5,20	416,00
Item 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	5,20	-
Item 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	80	5,20	416,00
QUANTITATIVO DE ITENS ESTIMADO E TOTAL ESTIMADO POR ÓRGÃO		470 KG	-	R\$ 2.444,00

5. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa e Carta-Contrato.

6. As quantidades dos materiais que vierem a serem coletados serão definidas nas respectivas Notas de Empenho e Carta-Contrato.

7. A contratada deverá fazer a coleta no prazo de até 15 (quinze), a partir da data de autorização pelo gestor do contrato, obedecendo-se ao cronograma das coletas, conforme disposto no Termo de Referência respectivo.

8. A contratada deverá fazer a coleta nos locais e horários indicados na Tabela 2 desta Ata e no Termo de Referência respectivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

11. No TRE-RO, a **gestão desta contratação será realizada pelo titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP** e a fiscalização será realizada pelo titular da Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas – SEVUE em relação aos resíduos de baterias (no breaks) sob controle dessa unidade e pelo titular a Seção de Gestão do Parque computacional – SGPC em relação aos resíduos de baterias (no breaks) e cabo de rede e fita magnética de backup do servidor sob controle dessa unidade, ou pelos respectivos substitutos dos titulares mencionados, cabendo-lhes, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

12. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 23 de dezembro de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	IURI DANIEL SERRATE FARIA Pela Adjudicatária Fornecedor
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 1ª Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 2ª Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/12/2019, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IURI DANIEL SERRATE FARIA, Usuário Externo**, em 30/12/2019, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 30/12/2019, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 02/01/2020, às 07:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20200003
Disponibilização: 03/01/2020
Publicação: 06/01/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços 91/2019, decorrente do Pregão Eletrônico 36/2019/TRE-RO. Processo SEI 0000739-47.2019.6.22.8000. Adjudicatária: AMAZON FORT SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, CNPJ: 84.750.538/0001-03. Objeto: Eventual contratação do SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I PERIGOSOS, conforme itens a seguir: 1) Item 01 do Edital - Lâmpadas fluorescentes e de LED. Quantidade estimada: 3.339 kg; Vlr. Unit.: R\$ 5,20; 2) Item 02 do Edital - Pilhas e baterias. Quantidade estimada: 12.063 kg; Vlr. Unit.: R\$ 5,20; 3) Item 03 do Edital - Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática. Quantidade estimada: 1.001 kg; Vlr. Unit.: R\$ 5,20; 4) Item 04 do Edital - Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras. Quantidade estimada: 3.940 kg; Vlr. Unit.: R\$ 5,20; e 5) Item 05 do Edital - Sucatas e suprimentos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos. Quantidade estimada: 528 kg; Vlr. Unit.: R\$ 5,20. Valor total da ARP: R\$ 108.529,20. Vigência das ARP, 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada em 30/12/2019, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e por IURI DANIEL SERRATE FARIA, representante da Adjudicatária.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 02/01/2020, às 13:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.